

23

Angélica Ricci Camargo
Arquivo Nacional

**A TRAJETÓRIA
DO PROGRAMA MEMÓRIA
DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA BRASILEIRA (MAPA)
DO ARQUIVO NACIONAL
(1981-2023)**

Este texto apresenta uma breve trajetória institucional do programa Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA) de 1981 até os dias atuais. Em um primeiro momento, procurou-se retratar o contexto de criação desse grupo de pesquisa durante o projeto de modernização do Arquivo Nacional, para depois acompanhar os trabalhos realizados nas diferentes áreas em que atuou. Para tanto, foram utilizadas como fontes os relatórios da direção-geral⁸⁰ e setoriais, atos normativos relativos ao Arquivo Nacional, especialmente os regimentos internos, e textos escritos por pesquisadores que integraram o MAPA em suas distintas etapas, apoiando-se na bibliografia existente a respeito da história recente das políticas arquivísticas e do próprio Arquivo Nacional.

A CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE PESQUISA DE HISTÓRIA ADMINISTRATIVA NO ARQUIVO NACIONAL

O MAPA foi criado em julho de 1981, no âmbito do projeto de modernização do Arquivo Nacional, como um grupo de pesquisa voltado para o levantamento e processamento de informações sobre a estrutura administrativa, a fim de atender as áreas técnicas no processo de organização dos conjuntos documentais sob a guarda da instituição.

O projeto de modernização do Arquivo Nacional, realizado por meio de um convênio entre o Ministério da Justiça e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), tinha por finalidade promover uma alteração

80 Parte desses relatórios encontra-se digitalizada na página no Arquivo Nacional, no seguinte endereço: <https://shre.ink/HDwx>, e o restante foi pesquisado no arquivo Intermediário. Embora tenhamos feito a leitura de todo material elaborado entre 1981 e 2022, nas referências só constam aqueles citados no corpo do texto.

de seu perfil institucional, ao recuperar suas funções primordiais de órgão de apoio à administração pública, à pesquisa científica, ao desenvolvimento cultural do país e ao cidadão, na busca pela comprovação de direitos e acesso ao conhecimento e à informação (Cabral, 2022, p. 66; Arquivo Nacional, 1984, p. 4). Realizado durante a gestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto (1980-1990), no contexto da redemocratização do país, tal projeto reforçou o papel de liderança do Arquivo Nacional entre os arquivos públicos e a comunidade arquivística (Jardim, 2014, p. 143-144).

Em diagnóstico feito em 1980, por ocasião de uma visita ao Arquivo Nacional, o secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), Charles Kecskeméti, indicou alguns pontos que deveriam ser priorizados nesse processo, que incluíam a necessidade de instalações físicas adequadas, de aperfeiçoamento do corpo técnico e de identificação dos documentos armazenados em seus depósitos, pois estimava-se que cerca de metade dos fundos existentes na instituição não era conhecida. Com o enfrentamento dessas questões seria possível avançar em outras frentes, como a elaboração de uma legislação federal, a organização do pré-arquivo em Brasília e a busca pela regulamentação profissional (Kecskeméti, 1988, p. 6-7).

Para a concretização dessas ações, a direção do Arquivo Nacional constituiu grupos de trabalho e de apoio, como o grupo de pesquisa, que se vinculou, informalmente, à Divisão de Publicações estabelecida pela portaria n. 600-B, de 15 de outubro de 1975, ainda na gestão de Raul do Rego Lima (1969-1980).⁸¹ Este grupo se voltou para o estudo da história administrativa, um domínio pouco explorado pelos pesquisadores⁸², mas que se tornou um pré-requisito para

81 Cabe assinalar que havia na estrutura formal do Arquivo Nacional aprovada em 1975, a Divisão de Pesquisas e Atividades Técnicas, à qual estava subordinada a Seção de Estudos e Pesquisas, com as atribuições de realizar investigações científicas e culturais, opinar sobre a aquisição de documentos e programar o roteiro anual de publicações. Para mais informações, ver Cabral, 2022, p. 69.

82 Para uma discussão sobre os estudos referentes à história administrativa no Brasil, ver Cabral, Camargo, 2010.

a execução das tarefas que envolviam o tratamento da documentação, permitindo entender a organicidade e reconhecer a procedência dos conjuntos documentais existentes no Arquivo Nacional (Arquivo Nacional, 1984, p. 19).⁸³ O estabelecimento deste grupo evidenciava, portanto, a importância da pesquisa histórica relacionada à aplicação dos princípios arquivísticos, notadamente, o 'princípio da proveniência' ou respeito aos fundos, nas instituições arquivísticas.

Em sua fase de organização, o grupo procurou compreender as especificidades da documentação existente em cada seção e avaliar suas necessidades, definindo como demanda mais imediata a reconstituição da estrutura administrativa do período colonial. Nesse primeiro momento, além das discussões com os técnicos do Arquivo Nacional, foram buscadas consultorias externas, como foi o caso da historiadora Eulália Lahmeyer Lobo, e realizadas reuniões com pesquisadores da Fundação Casa de Rui Barbosa para debater a metodologia utilizada no projeto dedicado à elaboração de um guia administrativo da Primeira República. O trabalho da Casa de Rui Barbosa, publicado apenas em 1985, visava contribuir para uma história da administração pública, servindo como obra de referência para a área de documentação (Barbosa, 1985, p. 13; Arquivo Nacional, 1981).⁸⁴

A partir dessas discussões, o grupo construiu uma metodologia específica de pesquisa, que, utilizando como base a legislação, possibilitava recuperar as principais características das estruturas administrativas e, com isso, subsidiar as tarefas de

83 Sobre a importância da história administrativa para o tratamento da documentação produzida por organismos públicos, ver Tessitore, 1996 e Cabral, 2010.

84 FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **O Governo Presidencial do Brasil, 1889-1930:** Guia Administrativo da Primeira República – Poder Executivo. Brasília: Senado Federal; Pró-Memória; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985. Além deste trabalho, vale mencionar a existência de um outro programa de pesquisa contemporâneo voltado para a história administrativa, intitulado "Gênese e estrutura da administração pública paulista: evolução institucional", realizado a partir de 1978 pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap/SP), conforme menciona Roncaglio, 2012.

identificação, arranjo e descrição dos fundos do Arquivo Nacional (Cabral, 2022, p. 74).⁸⁵

Dessas pesquisas, produziram-se organogramas da administração pública brasileira dos períodos colonial, monárquico e republicano, cronologias e textos de apoio sobre os ministérios. Tais materiais também contribuiriam para as atividades de identificação dos fundos existentes fora do Arquivo Nacional, que exigiam o conhecimento da estrutura administrativa para se planejar seu recolhimento (Cabral, 2022, p. 71). Nessa direção, foram realizadas reuniões com os coordenadores dos trabalhos de desenvolvimento da área de pré-arquivo, com o fim de ajustar uma linha conjunta de atuação (Arquivo Nacional, 1983).⁸⁶

A iniciativa pioneira do Arquivo Nacional serviu de estímulo para a criação de linhas de pesquisa semelhantes em outras instituições arquivísticas, reforçando a relevância da história administrativa para o tratamento da documentação produzida pelos organismos públicos. O estabelecimento dessas linhas foi até mesmo objeto de recomendação, em caráter de urgência, do Seminário Nacional de Arquivos Estaduais, ocorrido em 1984 (Fórum Nacional..., 1987).⁸⁷ Nesse sentido, o grupo atuou como agente multiplicador, disseminando a metodologia utilizada em alguns arquivos, como nos dos estados

85 Sobre a metodologia construída, ver Salgado, 1986.

86 Sobre a criação e a trajetória da Divisão de Pré-Arquivo do Arquivo Nacional, ver Jardim, 1988.

87 Recomendação semelhante foi objeto de moção do Simpósio de História dos Arquivos e da Arquivologia, realizado entre 25 e 26 de maio de 2023, juntamente com a manutenção do MAPA no Arquivo Nacional.

do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, além de fazer apresentações em eventos nacionais e internacionais (Arquivo Nacional, 1991).⁸⁸

Os resultados dos trabalhos ultrapassaram os objetivos iniciais, que também passaram a compreender a elaboração de estudos e sua divulgação para o grande público, dando origem ao livro *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*, publicado em 1985.⁸⁹

Outro projeto desenvolvido pelo grupo, proposto ainda em 1981, foi a estruturação de uma base de dados sobre a administração pública brasileira, que se constituiu como uma experiência inovadora na utilização do computador como suporte para a pesquisa.⁹⁰ A preparação desse novo instrumento de divulgação implicou a adaptação da metodologia original, considerando as novas demandas da organização do acervo.

Em 4 de maio de 1984, foi assinado o convênio entre o Arquivo Nacional, a Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa (Semor), da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan/PR), e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

88 Além disso, as atividades do grupo inspiraram, direta ou indiretamente, a realização de projetos como "A província de São Paulo: organização administrativa e produção documental (1822-1889)", desenvolvido pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo entre 1986 e 1989 (Tessitore, 1996, p. 39), e outros que deram origem a publicações, como os dois volumes da História administrativa do Paraná (2000 e 2002), do Arquivo Público do Paraná; Fontes para a história administrativa do Rio Grande do Sul: a trajetória das secretarias de estado (1890-2005) (2006), do Departamento de Arquivo Público do Rio Grande do Sul; A província fluminense: administração provincial no tempo do império do Brasil (2012), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Histórico da estrutura e competência da Justiça Federal (2014), da Seção Judiciária do Rio de Janeiro; Administração pública municipal: a estrutura e os titulares da Comissão de Intendência à Prefeitura do Rio (1889-2012) (2014), do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; e o Projeto Memória Administrativa da Fiocruz (2022).

89 De acordo com os relatórios, a proposta de uma publicação surgiu ainda em 1981 e os originais foram entregues à editora Nova Fronteira em 1983.

90 Para um panorama sobre as experiências abertas pela informática para a pesquisa histórica, ver Figueiredo, 1997. Curiosamente, neste texto o autor não elenca a experiência do projeto MAPA, precursora no uso do computador para constituição de um banco de dados de fontes legislativas sobre a administração pública.

para a implantação dessa base de dados, que seria denominada Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA), sigla pela qual ficaria conhecido o grupo de pesquisa dedicado à sua manutenção, no Arquivo Nacional.⁹¹

A base de dados MAPA foi concebida de forma a oferecer o registro padronizado da estrutura do governo central e do Poder Executivo federal, permitindo acompanhar as alterações sofridas por cargos, órgãos e entidades durante sua existência, e possibilitando, ainda, a recuperação da trajetória das funções públicas ao longo do tempo. De acordo com os relatórios, a preocupação central que permeou a sua concepção era estabelecer um elo capaz de ligar os antecessores e sucessores de cada cargo, órgão ou entidade, tornando perceptíveis as chamadas 'cadeias históricas' iniciadas a partir dos sucessivos desdobramentos das funções administrativas (Arquivo Nacional, 1984, p. 86).

Instalada no IBGE, a base de dados MAPA tornou-se acessível ao público em 1985, por meio de um microcomputador e um terminal disponíveis no Arquivo Nacional, reunindo os registros de órgãos e entidades subordinados aos ministérios da Justiça e Negócios Interiores, Agricultura, Trabalho, Indústria e Comércio, Viação e Obras Públicas, e Educação e Cultura. O conteúdo produzido pelo grupo, que contava com recursos provenientes de agências de fomento, como a Finep e a Faperj, para a contratação de pessoal e aquisição de materiais, seguia recortes hierárquicos ou temáticos, de acordo com as necessidades institucionais. Em 1986, por exemplo, foram implantados órgãos relacionados às políticas de terras, indígena, mineral, florestal, segurança pública, assistência ao menor e serviços de estatísticas (Arquivo Nacional, 1989, v. 1, p. 247-248).

91 A proposta inicial visava a integração da Base MAPA ao Sistema de Informações Organizacionais (SIORG), em fase de constituição, mas tal projeto não foi concretizado.

A instalação da base MAPA deu início ao processo de informatização do Arquivo Nacional, que, apenas em 1988 conseguiu formar uma pequena equipe de técnicos especializados. Além de atender às demandas internas, a base conseguiu alcançar um público externo formado por estudiosos e pesquisadores, expandindo os serviços oferecidos ao público pela instituição (Arquivo Nacional, 1994, p. 15; Fabio; Rainho, 1994, p. 56).

Nos anos iniciais, a posição do MAPA parece ter sido discutida, com a transferência do grupo, em 1985, para a Divisão de Arquivos Permanentes, implantada informalmente. Tal solução, contudo, foi reavaliada após a realização de um seminário interno, que determinou seu retorno para a Divisão de Publicações no mesmo ano (Arquivo Nacional, 1989, v.1, p. 246).

Nos relatórios, é possível observar que os trabalhos do MAPA foram paralisados em algumas ocasiões, devido a atrasos na liberação de recursos. Houve, ainda, várias discussões para a reorientação das atividades e até redefinições metodológicas, que partiram das dificuldades encontradas de acordo com o avanço das pesquisas que evidenciavam a complexidade das configurações administrativas assumidas pelo país da colônia até a República.

Mas, a partir de 1988, parece ter ocorrido uma expansão da organização interna do MAPA, com a subdivisão nos seguintes grupos: 'implantação', 'operação', 'atualização', 'divulgação e informação', 'padronização', cujas atividades estavam dirigidas especificadamente para alimentação da base de dados, e 'estudos e pesquisas'. No interior deste último, previa-se a elaboração de trabalhos sobre a história das políticas públicas no Brasil e sobre direito administrativo. A primeira linha surgiu como uma das possibilidades de análise de informações reunidas na base de dados, priorizando, inicialmente, estudos de caso, e deu origem à publicação *Fernando de Noronha*,

uma ilha-presídio nos trópicos (1833-1894), lançada em 1994.⁹² Já a segunda, nasceu da necessidade de sanar as inúmeras dúvidas surgidas no momento da leitura e interpretação do grande volume de legislação, num recorte temporal bastante amplo, tratado pela base MAPA (Arquivo Nacional, 1989, p. 257-258).

Ao lado dessas ações, constata-se, também, a existência de projetos de ampliação do papel do MAPA, no sentido de servir de instrumento de assessoria aos legisladores e organismos públicos por ocasião das reformas administrativas, contribuindo para a reestruturação do aparelho do Estado e a racionalização de seus recursos (Arquivo Nacional, 1987; Arquivo Nacional, 1990).

O REDIMENSIONAMENTO DA ÁREA DE PESQUISA E O MAPA

Entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, o Arquivo Nacional passou por novas transformações. A Constituição promulgada em 1988 constituiu-se como um importante marco jurídico para a área dos arquivos, e, conseqüentemente, para a maior instituição arquivística do país (Nascimento; Venâncio, 2022, p. 9). O inciso XXXIII do artigo n. 5, dispôs sobre o direito de todos de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo fosse imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Já o parágrafo 2º do artigo n. 216 atribuiu à administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a todos que dela necessitassem (Brasil, 1988).

Outro marco foi aprovação da lei n. 8.159, conhecida como “Lei de Arquivos”, em 8 de janeiro de 1991, resultado de uma década de esforços, liderados pelo Arquivo Nacional, no sentido de dotar o país de uma legislação arquivística (Jardim, 2014, p. 156-160). A lei tratou de diversos aspectos relativos aos arquivos públicos e privados, acesso e sigilo de documentos públicos, e criou o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, responsável pela definição da política nacional de arquivos.⁹³

Naquele ano, a portaria s.n., de 12 de julho, aprovou o regimento do Arquivo Nacional, que estabeleceu uma nova estrutura, formada por seis divisões, além do núcleo regional no Distrito Federal. Este ato formalizou as ações desenvolvidas pelo grupo MAPA, atribuindo à Seção de Pesquisa, Editoração e Divulgação, da Divisão de Acesso, Pesquisa e Informação, a competência de “realizar pesquisas sobre administração pública, visando apoiar as atividades de processamento técnico do acervo” (Brasil, 1991, p. 13.921). Outros dois regimentos foram aprovados nessa década, o primeiro pela portaria n. 173, de 8 de abril de 1992, e o segundo pela portaria n. 617, de 17 de agosto de 1994. Esta última suprimiu a Divisão de Acesso, Pesquisa e Informação, que deu origem a duas novas divisões: a de Acesso à Informação e a de Pesquisa e Promoções Culturais, que ficou responsável pelo MAPA.

A estruturação contida nos regimentos e a leitura dos relatórios indicam que houve um redimensionamento das atividades de pesquisa e do papel do MAPA na instituição. As divisões instaladas em 1991 e 1994 passaram a atuar com maior ênfase em outras frentes, mais voltadas para a difusão do acervo, vistas na realização de exposições e de outras ações, com destaque para a criação do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, que teve sua primeira edição em 1991. A grande dimensão assumida por algumas dessas exposições, que contaram com aporte de recursos externos, exigiu um extenso trabalho de levantamento e pesquisa de imagens, para os quais

se voltou o setor. Dentre as exposições organizadas neste período, destacam-se, além da pioneira “Natureza, razão e liberdade”, realizada em 1989, “Cenas Cariocas” (1991), “Inventiva brasileira: 1870-1910” (1993), “Imagens da mulher brasileira” (1996), “Memória, razão e imaginação: 250 anos da Encyclopédie” (2001) (Arquivo Nacional, 1991, p. 12; Almeida, 2022; Heynemann; Rainho, 2006).

Nesse contexto, houve uma diminuição do quadro de servidores atuantes no grupo MAPA, deixando os trabalhos na dependência da assinatura de convênios para a contratação de estagiários e auxiliares de pesquisa. Outros problemas enfrentados estavam relacionados à base de dados. Além das dificuldades do IBGE em atender às necessidades específicas da base MAPA, que carecia de manutenção periódica, havia a questão da disseminação, que ficava reduzida ao público que podia acessá-la na sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Para contornar essa situação, foi tentada a realização de convênios com outras instituições, como o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), que, contudo, não obtiveram sucesso (Fabio; Rainho, 1994, p. 56-57).

Apesar desses obstáculos, o grupo responsável pelo MAPA continuou desempenhando as atividades de pesquisa para alimentação da base de dados. Em 1990, sob o impacto da reforma administrativa efetuada pelo presidente da República Fernando Collor de Mello, foi elaborado o *Mapa genealógico dos ministérios*, que buscou recuperar a trajetória das secretarias de Estado/ministérios desde 1808, apresentando, graficamente, os desdobramentos que deram origem às novas pastas. Nessa fase, houve, ainda, o desenvolvimento de dois grandes projetos orientados por recortes temáticos: *O setor agrícola na administração imperial brasileira* (1992-1995) e *Saúde na administração pública brasileira: Império e República* (1996-2001), mediante convênio com o Ministério da Saúde. Esses projetos realizaram o levantamento de órgãos e entidades que desempenharam atribuições ligadas a essas duas áreas de intervenção do Estado mesmo antes do estabelecimento dos ministérios específicos.

Assim, a despeito da continuidade dos trabalhos, nos anos 1990 parece ter ocorrido um certo 'esgotamento' das atividades do MAPA, que foram relegadas a um segundo plano no interior do setor de pesquisa, bem como um afastamento do grupo em relação às áreas voltadas para o processamento técnico do acervo.

O MAPA E A GESTÃO DE DOCUMENTOS

Em 2000, o Arquivo Nacional foi transferido para a Casa Civil da Presidência da República pela medida provisória n. 2.029, de 20 de junho. Um ano depois, a portaria n. 16, de 4 de julho, aprovou um novo regimento para o órgão, que reformulou as antigas divisões, criando duas coordenações-gerais voltadas para as atividades finalísticas: de Processamento e Preservação do Acervo (Copra) e de Divulgação e Acesso à Informação Documental (Codai), mais a Coordenação de Gestão de Documentos (Coged) e a Coordenação Regional no Distrito Federal (Coreg). Este regimento manteve o MAPA na área de pesquisa e difusão, a cargo da Coordenação de Pesquisa e Difusão Cultural (Coped), da Codai.

No final de 2002, contudo, o MAPA foi transferido, informalmente, para a Coordenação-Geral de Gestão de Documentos (Coged), criada como uma divisão em 1991, a fim de apoiar suas atividades a partir da pesquisa da gênese histórica dos órgãos e entidades produtores de documentos da administração pública (Silva, 2018).⁹⁴ Essa mudança foi, em certa medida, resultado da reformulação da atuação do setor de gestão de documentos, empreendida durante a gestão de Jaime Antunes da Silva (1992-2016) e observada, especialmente, a partir do regimento interno aprovado em 2001,

94

A transferência do MAPA ocorreu no final do ano, após a aprovação do novo regimento interno do órgão pela portaria n. 42, de 8 de novembro.

e da recomposição da equipe no âmbito de um projeto que visava ampliar a posição estratégica do Arquivo Nacional frente à administração pública federal. Esse projeto ganhou maior importância com a criação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga) pelo decreto n. 4.915, de 12 de dezembro de 2003, que representou um passo importante para a promoção da articulação dos arquivos federais “nos moldes legais e tecnicamente corretos, garantindo o desenvolvimento integrado das atividades arquivísticas nas fases corrente, intermediária e permanente” (Silva, 2014, p. 39).⁹⁵

A formalização da mudança do MAPA se deu apenas em 2011, quando a portaria n. 2.433, de 24 de outubro, aprovou o regimento do Arquivo Nacional, após a sua transferência para o Ministério da Justiça, ocorrida por determinação do decreto n. 7.430, de 17 de janeiro do mesmo ano. De acordo com este ato, cabiam à Coged a coleta e o processamento de informações sobre a criação, a evolução das estruturas organizacionais, as competências e as subordinações ou vinculações administrativas dos órgãos e entidades da administração pública federal, e a atualização da base MAPA, com o objetivo de subsidiar as atividades técnicas desenvolvidas pelo Arquivo Nacional (Brasil, 2011, p. 42).⁹⁶

Na Coged, houve um incremento do MAPA, que passou a contar com novos servidores a partir de 2006, quando foi realizado o primeiro concurso público da história da instituição. Em 2008, a base de dados MAPA, integrada ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian), tornou-se disponível ao público, via *internet*. O projeto de desenvolvimento de um sistema de integração das bases de dados do Arquivo Nacional, incluindo o Guia de Fundos, teve início no ano 2000 e foi contemporâneo às discussões internacionais relacionadas às primeiras normas de descrição de documentos

95 Sobre o processo de construção do Siga, ver Silva, 2014.

96 Em 2017, a portaria interna n. 613, de 16 de novembro, reestruturou as atividades da equipe MAPA, definindo suas atribuições no âmbito da Coged.

de arquivo, como a Isad(g) e a Isaar(CPF) (Arquivo Nacional, s.d.). Após uma tentativa frustrada de migração da base MAPA para o Sian, em 2006 foi iniciada a reimplantação de todos os registros implantados desde a década de 1980.⁹⁷

Para atualizar a base MAPA, foram executados projetos por meio de convênios. Estes serviram para complementar as informações já disponibilizadas, seguindo os principais recortes políticos e cronológicos, que abrangeram o período colonial até o final do governo provisório de Getúlio Vargas. Tais projetos deram origem a livros, como *Estado e administração: a corte joanina no Brasil* (2010) e *Estado e administração: a construção do Brasil independente (1822-1840)* (2015). Também foi inaugurada uma série de publicações virtuais, denominada *Cadernos MAPA*, que se voltou para o estudo das secretarias de Estado e ministérios, reformas administrativas e a constituição de uma área de atuação governamental no período colonial, entre outros temas.

Em 2011, como resultado de uma preocupação em ampliar a divulgação dos trabalhos do MAPA, foi criado de um sítio, que tem como principal produto o *Dicionário da administração pública brasileira*, formado, até agora, por três partes: período colonial (1501-1822), período imperial (1822-1889) e Primeira República (1889-1930) – esta última em fase de conclusão.⁹⁸ No ano seguinte, foi realizado, em parceria com o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, o seminário “Estado e administração: perspectivas de pesquisa”, reunindo estudiosos que abordaram diferentes temáticas ligadas à história administrativa e sua relação com os arquivos.⁹⁹

Além da produção de pesquisas voltadas para a referida gênese histórica de órgãos e entidades da administração pública,

97 Para conhecer a base MAPA, acesse: <https://shre.ink/HjJS>.

98 Sobre o sítio MAPA, disponível em <http://mapa.an.gov.br/>, ver Cabral, 2014.

99 Neste ano também foi lançado um dossiê temático na revista *Acervo*, disponível em: <https://shre.ink/HDCZ>

outra frente de trabalho continuada foi dirigida para a pesquisa e divulgação de informações sobre a estrutura vigente da Presidência da República. A equipe ainda atuou na elaboração de estudos para a padronização das funções desempenhadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal, para apoio às atividades de classificação e programas de gestão, e deu início a um projeto de análise da trajetória histórica dos ministérios e de suas funções.

Em 2021, em um contexto de transformações internas, o MAPA foi transferido, pela portaria n. 40, de 30 de dezembro, para a Coordenação de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo (Coped) da Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental (Coace). Segundo nota divulgada pela direção-geral na época, suas atividades seriam mantidas, mas integradas a outras iniciativas de pesquisa da instituição, desconsiderando a especificidade da pesquisa realizada pelo MAPA, que não se destina à difusão do acervo (An Em Transformação..., 2022).

Essa mudança não esteve fundamentada em um projeto institucional, ao contrário das ações que levaram à criação do MAPA e à sua transferência para a Coged, e foi realizada de forma abrupta e sem diálogo, provocando a interrupção de projetos e uma redução no quadro de servidores, além de impactar nos trabalhos da base e do sítio MAPA, que, entretanto, permanecem ativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve panorama buscou traçar alguns aspectos da trajetória do MAPA, que, ao longo dos anos, consolidou-se na produção de trabalhos de referência para a história administrativa, sem perder de vista sua finalidade precípua de subsidiar as atividades desenvolvidas pelas áreas técnicas do Arquivo Nacional no tratamento

da documentação, o que justifica sua longevidade como um programa permanente de pesquisa. Nesse período, observaram-se alguns momentos de maior incremento e de diálogo do MAPA com outros setores, e outros marcados por um certo 'esvaziamento', refletindo os diferentes projetos institucionais, que ainda necessitam ser mais estudados a fim de se compreender melhor o papel do Arquivo Nacional nesse contexto de intensas transformações políticas e administrativas do país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. M. da C. **Exposições virtuais como estratégia de difusão dos arquivos: o caso do Arquivo Nacional**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/HhqN>. Acesso em: 1 jun. 2023.

AN EM TRANSFORMAÇÃO para melhor atender a sociedade, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://shre.ink/Hho3>. Acesso em: 1 jun. 2023.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Administração pública municipal: a estrutura e os titulares da Comissão de Intendência à Prefeitura do Rio (1889-2012)**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro; Casa Civil; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://shre.ink/HUKm>. Acesso em: 2 jun. 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Planejamento estratégico de 1990**. Caixa Gabin/06. Arquivo Intermediário.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Portaria interna n. 613, de 16 de novembro de 2017. **Boletim Interno Especial**, n. 32, p. 16-17, 2017.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Portaria interna n. 40, de 30 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://shre.ink/HDCe>. Acesso em: 2 jun. 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório de gestão 1980-1984**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [1984]. Disponível em: <https://bit.ly/3qaqKjS>. Acesso em: 31 maio 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório de gestão 1985-1989**, v. 1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [1989]. Disponível em: <https://bit.ly/3CVuxt3>. Acesso em: 31 maio 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório de gestão 1985-1989**, v. 2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [1989]. Disponível em: <https://bit.ly/3ATxKGZ>. Acesso em: 31 maio 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do exercício de 1993**, fevereiro de 1994. Caixa Gabin/06. Arquivo Intermediário.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório das atividades das divisões**, 1º trimestre de 1991. Caixa Gabin/02. Arquivo Intermediário.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Divisão de Publicações [Grupo de Pesquisa]. **Relatório de atividades**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 17 de julho de 1981.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Divisão de Publicações [Grupo de Pesquisa]. **Relatório de atividades**: janeiro, fevereiro e março de 1983. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Divisão de Publicações [Grupo de Pesquisa]. **Documento Técnico** – Projeto MAPA, 29 de maio de 1987.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Equipe de Normalização Sian-MR-Dibrarq. **Sian**: histórico do sistema [documento de circulação interna], s.d.

ARQUIVO PÚBLICO (Paraná). **História administrativa do Paraná (1853-1947)**: criação, competência e alterações das unidades administrativas da província e do estado. Curitiba: Imprensa Oficial/Deap, 2000. Disponível em: <https://shre.ink/HUE5>. Acesso em: 2 jun. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO (Paraná). **História administrativa do Paraná (1947-1848)**: criação, competência e alterações das unidades administrativas do estado. Curitiba: Imprensa Oficial/Deap, 2002. Disponível em: <https://shre.ink/HU0A>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BARBOSA, F. de A. Introdução. FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **O Governo Presidencial do Brasil, 1889-1930**: guia administrativo da Primeira República – Poder Executivo. Brasília: Senado Federal; Pró-Memória; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out 1988. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Portaria s/n, de 12 de julho de 1991. [Aprova o regimento interno do Arquivo Nacional]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jul. 1991. Seção 1, p. 13.920-13.923.

BRASIL. Portaria n. 2.433, de 24 de outubro de 2011. Aprova o regimento do Arquivo Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 25 out. 2011. Seção 1, p. 41-45.

CABRAL, D. A importância da história administrativa no tratamento da informação pública. [Trabalho apresentado no III Seminário A Gestão de Documentos Arquivísticos na Administração Pública Federal, Brasília, 2010]. Disponível em: <https://shre.ink/H42f>. Acesso em: 31 maio 2023.

CABRAL, D. O sítio do programa Memória da Administração Pública Brasileira – Mapa: acesso, produção e divulgação do conhecimento em História. [Trabalho apresentado no GT 11 – História Pública e Plataformas Digitais, durante o 2º Simpósio Internacional de História Pública: Perspectivas da História Pública no Brasil, Niterói, 2014]. Disponível em: <https://shre.ink/H4kk>. Acesso em: 31 maio 2023.

CABRAL, D. A história administrativa na instituição arquivística: o projeto MAPA do Arquivo Nacional. **OFFICINA** – Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 63-81, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/H4rd>. Acesso em: 31 maio 2023.

CABRAL, D. (org.); CAMARGO, A. R. **Estado e administração**: a corte joanina no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

COSTA, F. L. da; COSTA, E. M. L. da. Nova história da administração pública brasileira: pressupostos teóricos e fontes alternativas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 215-236, mar./abr. 2016. Disponível em: <https://shre.ink/HhET>. Acesso em: 1 jun. 2023.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO DA CASA DE OSWALDO CRUZ. **Metodologia do Projeto Memória Administrativa da Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/HUQ7>. Acesso em: 2 jun. 2023.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO (Rio Grande do Sul). **Fontes para a história administrativa do Rio Grande do Sul**: a trajetória das secretarias de estado (1890-2005). Porto Alegre: Corag, 2006. Disponível em: <https://shre.ink/HUDI>. Acesso em: 2 jun. 2023.

FÁBIO, C. A. L.; RAINHO, M. do C. T. MAPA: a memória (esquecida) da administração pública brasileira. **Arquivo & Administração**: publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros, Rio de Janeiro, v. 15-23, p. 51-57, 1994.

FIGUEIREDO, L. R. A. História e informática: o uso do computador. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 419-441.

FÓRUM NACIONAL DE ARQUIVOS. **Seminário Nacional de Arquivos Estaduais: recomendações**: 1984, 1985, 1986. Brasília: Fórum Nacional de Arquivos, 1987.

HEYNEMANN, C. B.; RAINHO, M. C. T. Uma história das imagens: o acervo iconográfico do Arquivo Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 105-115, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://shre.ink/lley>. Acesso em: 28 jun. 2023.

JARDIM, J. M. Do pré-arquivo à gestão de documentos. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 33-36, 1988. Disponível em: <https://shre.ink/H4f8>. Acesso em: 30 maio 2023.

JARDIM, J. M. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. *In*: MARQUES, A. A. C.; RODRIGUES, G. M.; SANTOS, P. R. E. (ed.). **História da arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Faperj, 2014. p. 143-172.

KECSKEMÉTI, C. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 5-10, jul./dez. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/3BAJYV0>. Acesso em: 31 maio 2023.

LIMA, J. E. S. (org.). **A província fluminense**: administração provincial no tempo do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

NASCIMENTO, M. B. do; VENÂNCIO, R. P. Instrumentos de gestão de documentos na legislação brasileira, 1978-2021. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 4, p. 3-27, out./dez. 2022. Disponível em: <https://shre.ink/HhUg>. Acesso em: 1 jun. 2023.

PEIXOTO, C. V. do A. Entrevista com Celina Vargas do Amaral Peixoto. [Entrevista concedida a Vitor Manoel Marques da Fonseca e Silvia Ninita de Moura Estevão]. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 7-30, 2013. Disponível em: <https://shre.ink/Hh2x>. Acesso em: 1 jun. 2023.

PESSOA, G. T. de A. **Fernando de Noronha**: uma ilha-presídio nos trópicos (1833-1894). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. (Cadernos MAPA, 10). (Publicações Históricas, 110). Disponível em: <https://shre.ink/HhUG>. Acesso em: 1 jun. 2023.

RONCAGLIO, C. A história administrativa serve como subsídio para a organização da informação arquivística ou vice-versa? **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 92-103, 2012. Disponível em: <https://shre.ink/H4Sv>. Acesso em: 30 maio 2023.

SALGADO, G. (coord.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SALGADO, G. *et al* (coord.). Metodologia de pesquisa para apoio à organização dos acervos da administração pública brasileira. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41-49, 1986. Disponível em: <https://bit.ly/3TbscQk>. Acesso em: 31 maio 2023.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO. Histórico da estrutura e competência da Justiça Federal, 2014. Disponível em: <https://shre.ink/HUwl>. Acesso em: 2 jun. 2023.

SILVA, J. A. da. Evolução dos sistemas de documentação, informação e informática da administração pública federal. [Trabalho apresentado no V Seminário A Gestão de Documentos Arquivísticos na Administração Pública Federal, Brasília, 2014]. Disponível em: <https://shre.ink/HhjX>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SILVA, J. A. da. Jaime Antunes e governança do Arquivo Nacional: 51 anos de vida em comum. [Entrevista concedida a Marcelo Chaves, Solange Moraes e Camila Brandi]. **Revista do Arquivo**: uma publicação on-line do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://shre.ink/Hh09>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SILVA, J. A. da. Os arquivos públicos e o acesso à informação: entrevista com Jaime Antunes. [Entrevista concedida a Ana Carolina Delmas, Luiz Fabiano de Freitas Tavares, Claudio Miranda Correa]. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 130-152, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://shre.ink/HhVw>. Acesso em: 1 jun. 2023.

TESSITORE, V. História administrativa: a chave para os arquivos públicos. **Arquivo & História**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 33-46, 1996.